

Da incerteza como método: do acesso à correspondência

On uncertainty as a method: from access to correspondence

Walter Reyes Boehl

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil
necoboehl@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9655-4080>

Mauro Myskiw

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil
mmyskiw@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4689-3804>

Recebido em: 05 de maio de 2025

Aceito em: 08 de junho de 2025

Resumo

Este artigo discute epistemologias da itinerância com base em experiências etnográficas realizadas em contextos de deslocamento, dentro e fora da universidade. A pesquisa articula-se a coletivos e espaços autogestionados, propondo uma etnografia implicada que opera como escuta ativa e articulação política. Ao deslocar-se por territórios instáveis, a etnografia assume caráter errante, incorporando atravessamentos afetivos, éticos e políticos. A escrita é tratada como prática situada e experimental, que resiste a formatos hegemônicos de produção de conhecimento. Metodologicamente, adota-se uma postura reflexiva e relacional, que reconhece a fluidez do campo e valoriza hesitações, silêncios e recusas como dados legítimos. Os resultados apontam para uma reconfiguração do papel do pesquisador e dos modos de fazer etnográfico. Conclui-se que essas práticas desafiam fronteiras entre produção acadêmica e ação direta, contribuindo para ampliar as formas de atuação antropológica no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Etnografia. Itinerância. Futebol. Epistemologias do sul.

Abstract

This article discusses epistemologies of itinerancy based on ethnographic experiences conducted in contexts of displacement, both inside and outside the university. The research is linked to collectives and self-managed spaces, proposing an implicated ethnography that operates as active listening and political articulation. By moving through unstable territories, ethnography assumes a wandering character, incorporating affective, ethical and political crossings. Writing is treated as a situated and experimental practice, which resists hegemonic formats of knowledge production. Methodologically, a reflexive and relational stance is adopted, which recognizes the fluidity of the field and values hesitations, silences and refusals as legitimate data. The results point to a reconfiguration of the role of the researcher and the ways of doing ethnography. It is concluded that these practices challenge the boundaries between academic production and direct action, contributing to expanding the forms of anthropological action in the contemporary world.

Keywords: Ethnography. Itinerancy. Football. Southern epistemologies.

Introdução

O caminho etnográfico que se delineia neste trabalho não nasceu de um plano definido, nem encontrou no campo um espaço pronto, homogêneo, previsível, à espera de ser mapeado. Mas também não seria correto dizer que tudo começou já sob a égide da hesitação ou do abandono de certezas. No início — e talvez ainda agora — havia uma expectativa, por vezes tênue, por vezes insistente, de que a pesquisa pudesse acessar algo, como se houvesse um futebol profissional¹ no centro-sul do Rio Grande do Sul à espera do olhar etnográfico, pronto para se mostrar.

Como sugerem Biehl e McKay (2012), ao refletirem sobre um mundo em pedaços, não há um campo dado como totalidade coesa. Há fragmentos, sobras, para-infraestruturas que regulam o que aparece e o que se apaga, zonas de visibilidade e de opacidade que não obedecem à vontade do pesquisador. Ainda assim, não posso dizer que essa percepção tenha orientado a pesquisa desde o início; foi algo que se fez, que se aprendeu (ou se está aprendendo) no próprio movimento. O futebol, longe de se apresentar como objeto disponível, foi se insinuando, a priori, como campo de forças, cheio de silêncios, bloqueios, recusas — e essas recusas não eram apenas obstáculos, mas gramáticas, modos pelos quais a pesquisa se tornava possível.

Ao longo da travessia, foi preciso ou talvez fui sendo puxado a abandonar², não sem fricção, a imagem clássica do etnógrafo que mapeia, coleta, organiza. Isso não aconteceu como uma troca súbita de modelos, todavia como um processo cheio de tropeços, desvios, suspensões, em que o próprio caminhar exigia outro tipo de atenção. Engajar-se com as pedras no caminho, como propõem Biehl e McKay, deixou de ser

¹ O uso do termo “futebol profissional” ao longo deste texto não implica uma aceitação irrefletida dessa categoria enquanto um dado fixo ou homogêneo. Pelo contrário, reconheço que tais classificações fazem parte de um processo de encapsulamento do fenômeno, no qual diferentes formas de prática são enquadradas sob uma lógica normativa e institucional. No entanto, opto por utilizar essa terminologia aqui para fins de maior inteligibilidade, especialmente para leitores que possam não estar familiarizados com essa problematização. O que está em questão neste estudo, portanto, não é o “futebol profissional” como uma entidade estável, mas sim as dinâmicas de poder e os supostos bloqueios institucionais que operam no campo sob essa denominação.

² Esta escrita respira em dois ritmos: o “eu” que caminhou por estádios e ruas, sentindo o futebol na pele, e o “nós” que pensou esses passos juntos. Não são vozes separadas, contudo um vai-e-vem - como o jogo com o pesquisador no campo e as conversas que ecoavam no retorno ao escritório. A alternância singular e plural não marca hierarquia, denota o movimento próprio do conhecer solitário e compartilhado, tateante e dialógico. Seguindo Tim Ingold, entendemos que pesquisar é antes corresponder do que representar - e aqui, cada pronome guarda esse compromisso com a processualidade da experiência. Portanto, escreve-se ora no singular ora no plural.

metáfora e passou a ser matéria metodológica. Nesse espírito, reaproximar-me das proposições de Fonseca (1999) foi inevitável que não somos nós, pesquisadores, que escolhemos o campo, mas o campo — em sua materialidade, relações, resistências — que nos tensiona, desorganiza, refaz. E talvez seja mais correto dizer que nem mesmo é o campo enquanto entidade que faz isso, mas os fluxos que atravessam o campo e nos atravessam.

A virada, no entanto, não foi tranquila, nem está concluída e nem será. No início (e talvez ainda agora), a pesquisa operava com um vocabulário marcado pelo paradigma do acesso. Era sobre entrada, autorização, coleta... Como sustenta Ingold (2015), esse léxico reforça uma ontologia que ele critica em que a ideia de um mundo separado, pré-fabricado, a ser desvelado, como uma sala trancada. O campo seria então um conjunto de objetos, fatos, relações, esperando por quem os alcançasse. Ou seja um mundo estável e inerte a ser revelado. Ou até mesmo não tão assim. Aos poucos, não sem desconforto, fui percebendo que esses termos não davam conta do que acontecia — que conhecer não era penetrar em algo externo, entretanto, coproduzir sentidos nas dobras dos encontros, no entrelaçamento de presenças. E isso demorou a se fazer entender.

Os contatos com clubes, dirigentes, bastidores foram deixando claro que a incerteza não era um contratempo a ser resolvido, mas parte estrutural da experiência. Um dirigente que subitamente se calava em Santa Cruz do Sul não estava apenas criando um obstáculo, mas performando uma lógica seletiva de mediação, exclusão, poder. Como lembra Nader (1972), as dinâmicas de campo não operam apenas pelo não-dito explícito, mas pelas barreiras invisíveis, pela evasão, pelo jogo sutil de quem pode falar, quem pode ouvir, quem pode ver. E em contextos como o do futebol profissional, atravessado por interesses assimétricos, econômicos, midiáticos, essas tensões se intensificam.

Com o tempo — e talvez eu ainda esteja nisso —, fui percebendo que esses bloqueios não decretavam o fim da pesquisa; reorientavam seus caminhos. O campo não atuava sobre mim de fora, nem era simplesmente atravessado por mim. Ele se desenhava enquanto eu andava, enquanto hesitava, enquanto inventava modos de estar. Quando olho para minha dissertação anterior (Boehl, 2021), percebo que talvez já houvesse ali, ainda que de forma embrionária, uma sensibilidade para essa escuta em processo. Na época, no entanto, a banca sugeriu uma “limpeza” textual — uma

depuração que hoje entendo como reflexo de um ideal de neutralidade ainda hegemônico na academia. Essa expectativa por um texto claro, controlado e “cientificamente legítimo” ecoa, em alguma medida, a mesma racionalidade que opera em instâncias como os Comitês de Ética em Pesquisa, como discutiremos mais adiante. O que parecia excesso era, talvez, o primeiro indício de uma escrita que não aparta forma de pensamento. É essa escrita que aqui busco consolidar — sabendo que consolidar não significa fixar, mas insistir no inacabamento.

Esta investigação, então, não oferece um método fechado, nem propõe uma fórmula replicável. Ela se inscreve em uma etnografia situada, implicada, decolonial — uma prática que reconhece a potência dos rastros, das recusas, dos impasses e sobretudo dos fluxos. No campo da Educação Física — lugar de onde escrevo — explicitar esses tropeços pode abrir conversas com outros pesquisadores e pesquisadoras que se deparam com o inesperado como regra, não como exceção. Um não pode ser começo. Um silêncio, convite. Um desvio, possibilidade.

É nesse espírito que este artigo se constrói, a partir de situações etnográficas vividas em Bagé e Santa Cruz do Sul, buscando pensar a itinerância como forma de conhecimento em devir. Conhecer, aqui, implicar-se no processo, como propõe Viveiros de Castro (2002) ao falar da coimplicação de mundos. Inspirado por Ingold (2015), o imprevisto é visto como modo de caminhar junto às forças que moldam a experiência, permitindo que os sentidos se fabriquem nas variações dos encontros.

Ao longo do texto, essas experiências são articuladas a uma proposta de etnografia implicada, na qual categorias como acesso, recusa e silêncio aparecem como constituintes da própria pesquisa. O artigo se estrutura a partir do entrelaçamento entre episódios etnográficos e inflexões teóricas que tensionam a ideia de campo como dado e reivindicam a incerteza como método. Com base em autores como Ingold, Haraway, Wagner e Fonseca, propomos pensar o campo como relação e a escrita como coabitação. Trata-se, assim, de uma proposta metodológica que desloca o foco da representação para o estar-com — uma forma de conhecer que caminhar junto com ele e não busca capturar o outro e forjar experiências em molduras

Aprendendo caminhando

Começamos esta pesquisa com uma imagem idealizada do que seria fazer campo — como se ele fosse um cofre de verdades, pronto para se abrir se eu tivesse a senha e a chave certa. Carregávamos também a convicção de que cabia, ao etnógrafo, extrair desses espaços algo que alimentasse o edifício teórico acadêmico — como se o mundo empírico existisse para fornecer substância ao bolo conceitual que eu queria assar. As experiências em Bagé e Santa Cruz do Sul foram desmontando lentamente essas expectativas. Não por choque, mas por tropeços, silêncios e reconfigurações afetivas e metodológicas.

Foi no corpo dessas micro-experiências — por vezes invisíveis aos olhos de uma metodologia tradicional — que começamos a entender o campo como um processo relacional e não como um território dado. A primeira pista surgiu de maneira inesperada, num sábado aparentemente banal. O que principiou como um passeio desprezioso em uma manhã fria na fronteira com o Uruguai acabou se convertendo em uma das cenas mais emblemáticas da suposta entrada no campo — ou, melhor dizendo, da primeira ilusão de entrada.

Enquanto minha³ esposa participava de um evento rotário, decidi me deslocar pela cidade e fotografar os estádios locais, hábito que cultivava em viagens. Cheguei primeiro ao Estrela D'Alva, casa do Guarany Futebol Clube. O portão estava trancado. Nenhuma movimentação. Nenhuma alma por perto. Apenas os muros gastos e o silêncio que muitas vezes cerca clubes nos dias sem jogo. Segui, então, para o Pedra Moura, estádio do Grêmio Esportivo Bagé.

Ali, o cenário era outro. Havia homens trabalhando na reconstrução de um muro, junto ao portão de entrada. Mais tarde, soube que a reforma era custeada por empresários locais, interessados em restaurar parte da estrutura que havia desabado. A cena — tijolos empilhados, baldes de cimento, conversas entrecortadas — me deu a sensação de algo que ainda resistia, mesmo em ruínas.

Durante minha trajetória como pesquisador do futebol, aprendi que as lojas dos clubes — por menores que fossem — eram pontos estratégicos de escuta. Vendedoras, atendentes, funcionárias do cotidiano sabiam das ausências, dos dramas e das

³ Como já dito, o texto alterna flexões verbais. Aqui, o primeiro autor em contato com as coisas.

improvisações institucionais, quiçá, muito antes de qualquer presidente ou diretor. Com isso em mente, entrei. A loja estava aberta.

Fui recebido por uma funcionária que logo demonstrou simpatia e abertura. Bastaram algumas palavras sobre camisetas para que ela começasse um relato generoso sobre sua trajetória no clube e os desafios do cotidiano. Comentou sobre os jogadores gripados, a falta de recursos, e a recente doação que permitiu a reforma do muro. Durante nossa conversa, um garoto das categorias de base apareceu dizendo estar com sintomas de gripe. Sem hesitar, ela pegou um antigripal e o entregou. Não era enfermeira, nem havia uma enfermaria funcionando aos fins de semana — mas ela cuidava, como quem cuida de filhos. “Sou como uma mãe pra eles, já que muitos estão longe das suas”, disse com naturalidade. A loja, na prática, também era secretaria, portaria e espaço de acolhimento.

Ao final da conversa, um senhor de mais de sessenta anos entrou. Era o presidente do clube. A funcionária, com espontaneidade, me apresentou a ele como pesquisador. Conversamos brevemente. Ele contou que havia feito mestrado na capital do Uruguai e que lecionou por muitos anos na universidade local. Mostrou-se entusiasmado com a pesquisa, afirmou que o clube estava à disposição e pediu que eu pegasse seu contato com ela. Saí animado. Voltei para casa cheio de planos.

Tempos depois, enviei mensagem ao número que havia recebido. O presidente respondeu, pediu que eu encaminhasse a carta de anuência, explicou que leria. Achei que era apenas uma etapa burocrática. Mas o documento com a resposta não veio. Nem naquele dia, nem nas semanas seguintes. Esperei com paciência, tentando não parecer insistente. Reenviei, fui ignorado. Então resolvi ligar. Pediu-me desculpas e disse que eu poderia tratar diretamente com a supervisora do clube, que ele estava um tanto envolvido com questões do clube que não poderia me dar a devida atenção. Quando tentei falar com a supervisora indicada por ele, ela me perguntou se havia algum custo para o clube. Respondi que não, assim disse que me retornaria o mais breve possível — e nunca mais respondeu. Aquela mesma mão que me apertou no clube agora deixava meu pedido sem resposta. O que havia mudado?

À medida que avançávamos para formalizar a autorização — a tal carta de anuência exigida pela UFRGS — percebi algo estranho. O presidente, antes solícito, começava a demorar nas respostas, a delegar a assinatura para a secretária-geral, a

postergar indefinidamente algo que, para mim, parecia apenas uma formalidade protetora.

Foi ali que algo começou a rachar no meu entendimento. Eu via a carta como um documento que dava garantias a ele, mas estava cego ao fato de que, no jogo relacional deles, ela também podia carregar riscos, desconfortos, resistências. Não era apenas uma questão burocrática: era uma tensão que atravessava os modos de relação e de percepção. Eu estava tentando organizar tudo sob o olhar acadêmico, sem perceber os fios sensoriais, os afetos, as hesitações que realmente moldavam aquele espaço.

A aproximação com o Esporte Clube Avenida foi intermediada por um primo, figura bem relacionada junto à diretoria do clube. Seu vínculo era antigo, inclusive familiar, já que o atual presidente havia sido seu cunhado. Quando me passou o contato do novo dirigente, assegurou que tudo estava encaminhado e que haveria abertura para a pesquisa.

Eu, por minha vez, já conhecia o Avenida não apenas de nome ou por referência — tinha uma relação afetiva com o clube, construída ao longo de anos de convivência, visitas e observação. Frequentei jogos com regularidade e conhecia, e em alguns casos até com alguma familiaridade, membros importantes da diretoria, como o atual dirigente e seu pai, figuras marcantes no cotidiano do clube e da cidade. Por isso, imaginei que a aproximação ocorreria de forma cômoda e fluida, sem maiores entraves.

O primeiro contato de fato sinalizou alguma disposição. O dirigente respondeu de maneira cordial, mas com certo distanciamento. Em sua fala, ficou claro que tinha dúvidas quanto à relevância do clube para o escopo da pesquisa. Segundo ele, não sabia até que ponto poderia contribuir de forma satisfatória, já que o Avenida ocupava uma posição periférica no cenário do futebol. Ainda assim, afirmou que estava à disposição para colaborar, caso eu achasse pertinente.

A partir dessa troca inicial, encaminhei o documento de anuência como combinado. O retorno não veio. Após alguns dias, insisti com uma nova mensagem e, então, recebi um pedido para reenviar o documento. Atendi prontamente, mas o silêncio voltou a se impor. Diante da ausência de resposta, comecei a me perguntar se aquele gesto inicial, que parecia demonstrar interesse, teria sido apenas um aceno protocolar.

Com o tempo passando e nenhuma manifestação concreta, enviei outra mensagem para confirmar se ainda havia interesse em contribuir com a pesquisa. Desta vez, não obtive resposta alguma. Decidi então recorrer novamente ao meu primo,

perguntando se havia alguma informação nova ou se algo havia mudado. A resposta foi que esse tipo de comportamento era frequente por parte do dirigente. Provavelmente ele havia esquecido, o que, segundo meu primo, não era incomum. Ainda assim, se comprometeu a tentar uma nova intermediação.

Mesmo com essa tentativa, nada mudou. A ausência de retorno se manteve. A intervenção informal, sustentada por laços familiares e expectativas de reciprocidade, mostrou seus limites. O silêncio acabou operando como uma forma indireta de recusa, não dita, mas repetidamente reafirmada pela ausência.

As cenas vividas não forneceram respostas, nem indicaram direções lineares. Ao contrário, desenharam uma paisagem feita de hesitações, de deslocamentos discretos, de vínculos que se formavam e desfaziam ao ritmo de uma escuta ainda em construção. Foi nesse vaivém — mais afetivo que analítico, mais tropeço que mapa — que uma outra forma de pensar o campo começou a ganhar corpo. A reflexão que segue não busca interpretar os encontros anteriores, mas se compõe com eles, à medida que o próprio gesto de caminhar passou a produzir pensamento.

Só depois da intervenção direta do meu orientador é que as coisas voltaram a se mover. Ele conseguiu falar com o presidente, que reafirmou a disposição do clube, mas indicou que a questão da autorização deveria ser tratada com a supervisora, em razão de estar atarefado com o término da sua gestão e a prestação de contas. Com esse novo empurrão, finalmente consegui contato. Após uma nova sequência de mensagens, ela confirmou que assinaria. A carta de anuência chegou pelos mesmos canais em que antes só havia silêncio. Não veio como resposta espontânea, nem como fruto direto da relação inicial, porém, como consequência de uma articulação que desviava do caminho previsto. A assinatura formalizou algo que, na prática, já estava esgarçado — e, paradoxalmente, abriu espaço para que o campo se reconfigurasse por outras vias.

Em setembro de 2024, voltei a procurar o ex-presidente por telefone. Já não ocupava mais o cargo, mas respondeu de pronto. Lembrou da nossa conversa e disse que, se eu ainda estivesse interessado, poderia me apresentar ao novo mandatário. “Se precisar, posso te levar nas rádios, na imprensa...”, comentou com disposição. E completou: “Hoje sou só professor de Educação Física numa escola estadual.” O que antes era autoridade institucional se transformava agora em disponibilidade afetiva. Já não era ele quem podia assinar um documento, no entanto, era quem oferecia mediação,

lembança e gesto de continuidade. A relação, que começou em meio a tijolos e histórias de jogadores gripados, permanecia ali.

Silêncios que compõem o campo como relação

A etnografia não se desenvolveu a partir de trajetos fixos ou acessos bem delineados. Ao contrário, ela se constitui no próprio fazer das relações, como um movimento aberto que se inventa na travessia. O campo, nesse sentido, não está dado nem é algo a ser desvendado. Faz-se na improvisação do encontro, no entrechoque de temporalidades, afetos e hesitações. A etnografia é menos uma técnica de observação e mais uma prática de envolvimento, como propõe Ingold (2011), na qual se caminha com o mundo, não sobre ele.

Não há, portanto, um lugar a ser acessado, tampouco um conteúdo latente a ser revelado. O campo, como devir, não preexiste à relação. Se cria na coemergência entre pesquisador e interlocutores, em uma dinâmica que não visa representar o outro, mas compor mundos provisórios com ele. De acordo com Wagner (2012), a antropologia é de algum modo uma arte de inventar o outro — e isso implica, necessariamente, reformular a si mesmo no processo.

Por isso, categorias como acesso, recusa, opacidade e silêncio precisam ser descoladas de qualquer leitura deficitária ou obstacular. Não há um campo que se fecha, porque não há um campo que se abre. O que existe é uma topologia relacional em mutação constante — uma prática de composição. A chamada opacidade institucional não se opõe à pesquisa; ela a constitui como campo. A ausência de resposta, o adiamento, a não-aderência imediata a um pedido de carta ou entrevista não são interrupções. São formas de relação.

Como propõe Strathern (1992), não se trata de ver apenas uma parte do quadro, mas de compreender que o próprio quadro é uma construção feita de relações parciais, nunca totalizantes. Em vez de buscar o todo oculto, a etnografia se compromete com os fragmentos que emergem do encontro. A etnografia, nesse horizonte, não visa preencher lacunas, nem mapear totalidades. Ela se compromete com presenças parciais, com formas emergentes de vínculo. O conhecimento que daí advém é uma consequência da implicação mútua entre pesquisador e campo.

O que se desenha, portanto, é uma rejeição ativa da ideia de acesso como pré-condição para a etnografia. O campo não é um conteúdo latente à espera de decifração; ele é fluxo, experimentação contínua, coincidência em movimento entre vontades, protocolos, hesitações e afetos.

Ainda que Latour (1987) empregue a noção de caixa-preta no âmbito da tecnociência, essa metáfora também reverberou em leituras que posicionam o campo como algo a ser desvendado por especialistas — leitura que aqui se busca tensionar. De modo similar, a proposta de Nader (1971) de estudar os de cima ofereceu uma inflexão fundamental para ampliar os horizontes da antropologia. No entanto, mais do que acessar os de cima ou os de baixo, o que se propõe é uma dissolução da própria lógica hierárquica do acesso.

Como também argumenta Schuch (2005) ao tratar dos chamados “grupos ups”⁴ e das barreiras simbólicas que os cercam, há ali relações de poder que inviabilizam a reciprocidade. Por isso, o campo não é dado, tampouco se recusa — ele se faz na relação, no entre, no com. Ele é processo porque é relação. Ele não se oferece nem se deixa capturar; ele se tece na hesitação do encontro e na ética da copresença (Haraway, 2016; Ingold, 2011).

O campo como verbo, deslocamento e coabitação

Os episódios vividos foram me ensinando — devagar, como quem aprende a escutar melhor — que eu vinha impondo sobre os encontros uma lógica desequilibrada, aquela mesma que Latour (2006) critica, o saber acadêmico como algo que colhe, organiza, encaixa o conhecimento nativo em suas molduras, transformando os outros em fontes de dados para validar suas teorias. Eu queria, mesmo sem perceber, que esses clubes servissem para reificar conceitos, como se fossem ingredientes necessários para um prato que eu já sabia cozinhar.

Ingold (2011) me ajuda a pensar isso de outro modo. O campo não é uma rede pronta nem uma coleção de pontos a serem conectados. É uma linha viva, uma paisagem que se desenha no caminhar. Não há entrada nem acesso como ponto fixo — há movimento, desvio, transformação mútua. E talvez a principal transformação que o campo opera seja em nós mesmos, nos nossos modos de olhar, nas nossas disposições.

⁴ Expressão que remete às camadas superiores e às barreiras simbólicas que os cercam.

Percebi que não era o acesso que me faria etnógrafo. Era a própria reflexividade honesta sobre esses processos — sobre como eu estava implicado, sobre como eu também precisava ser atravessado e desestabilizado. Em vez de julgar os clubes por não terem dado a resposta formal que eu queria, comecei a entender que eram essas mesmas hesitações, recuos e silêncios que estavam me ensinando o que era estar em campo. O aprendizado não vinha apesar disso, mas por isso.

O campo, portanto, não poderia se revelar. Pois ele não está lá, como uma entidade a ser desvelada. Essa ideia, que antes me guiava quase como um pressuposto tácito, foi sendo desfeita — não em um momento específico, e sim no próprio fazer da pesquisa. O que emergiu foi uma aprendizagem situada, na qual a etnografia não se praticava por aplicação, todavia, por experimentação. Eu não levei, desse modo, a teoria ao campo; fui, pouco a pouco, sendo transformado por ele.

Diferentemente dos métodos que operam segundo esquemas prévios e trajetos definidos, a etnografia que aqui se fez não nasceu de uma racionalidade estruturada. Ela não se organizou com base em um plano metodológico para ser executado, mas como uma caminhada instável, marcada por interrupções, esperas, retornos e movimentos laterais. O que, a princípio, parecia ser um descompasso entre intenção e realidade revelou-se, no fluxo da experiência, como um modo próprio de aprender a fazer pesquisa — e, mais ainda, de repensar o que significa pesquisar.

A minha última ida a Bagé, em março de 2024, pode exemplificar de algum modo esse deslocamento. O retorno não foi movido por uma estratégia de coleta de dados, sobretudo, pelo desejo de retomar um fio afetivo deixado em aberto. Não havia ali uma promessa de produtividade. Existia o interesse de realizar uma escuta em suspenso. A presença não se justificava por seu resultado, e sim por sua disposição a estar com, mesmo sem reciprocidade assegurada. O gesto de caminhar tornou-se, ele mesmo, um modo de escutar, de habitar a ambiguidade do campo, de aceitar a incompletude como condição.

Esse tipo de envolvimento exigia, também, um desaprender. As perguntas preparadas, os roteiros de entrevista, as categorias analíticas — tudo isso foi cedendo lugar à incerteza, ao improviso e ao cuidado. A pesquisa produzia outra forma de presença e não apenas conhecimento sobre. Uma forma mais atenta aos ritmos com os outros, às suas reservas, aos seus gestos de contenção.

A etnografia, nesse sentido, não se faz apenas nos encontros produtivos ou nas falas que confirmam hipóteses. Ela também se faz nos silêncios, nas pausas, nas portas que não se abrem. E esses momentos, longe de serem falhas do método, são expressões legítimas daquilo que o campo tem a ensinar. Como lembra Wagner (2012), a etnografia não reflete o mundo. Ela o inventa no encontro. E foi isso que senti em Bagé fui moldado por lacunas e gestos, que forçaram minha escuta a se refazer. E como afirma Krenak (2019), às vezes é o desvio que aponta o caminho.

Não se trata, portanto, de representar o campo. Trata-se, como ensina Ingold (2011), de habitá-lo — com suas regras implícitas, seus modos de exclusão, suas políticas de visibilidade. O clube de futebol, nesses termos, não é um espaço neutro, mas um arranjo institucional densamente codificado, onde a presença do pesquisador é sempre atravessada por disputas e negociações. Estar ali, mesmo na borda, mesmo sem acesso pleno, é já estar implicado em sua lógica.

A etnografia que emergiu dessa experiência não é um retrato do campo, mas um vestígio do encontro. Um traço de um caminho feito aos poucos, em meio a incertezas, recusas e afetos. E talvez seja justamente aí que reside sua potência. Não na clareza do que foi encontrado, mas na disposição de caminhar sem saber, de pesquisar aprendendo, de fazer do campo um verbo.

O não-lugar como artifício institucional

Em vez de tratar o campo como um espaço a ser acessado, como um lugar previamente constituído à espera do pesquisador, é preciso desnaturalizar esse modelo espacializante e redutor. Augé (2006) propôs a noção de não-lugares para descrever espaços de transitoriedade e anonimato — como aeroportos, shoppings, estacionamentos — onde as relações sociais são reguladas por contratos genéricos e a identidade se dissolve em fluxos institucionais.

No entanto, o não-lugar de Augé (2006), pensado para criticar a supermodernidade, pode aqui ser reapropriado criticamente para refletir sobre os riscos de uma etnografia que aceita como campo apenas aquilo que é formalmente reconhecido como tal. A pesquisa em Santa Cruz do Sul poderia ser interpretada, à primeira vista, como um não-lugar etnográfico — uma zona de passagem, onde o pesquisador não se fixou, não realizou o trabalho de campo em termos tradicionais.

Essa leitura, contudo, é insuficiente e indesejável — e é necessariamente essa insuficiência que Fonseca (2015) expõe ao mostrar como os CEPs operam. Criticar o campo como lugar fixo implica recusar não apenas a categorização de certas experiências como não-lugares, mas também a própria estrutura burocrática que os fabrica. Como Fonseca demonstra, a potência da etnografia, ao habitar interstícios — entre reconhecimento e recusa, formalização e hesitação —, colide frontalmente com a lógica dos comitês de ética, que transformam o campo em um território pré-codificado, onde a deriva é lida como falha metodológica.

Se há um não-lugar, ele não emana do campo, mas da maquinaria institucional que Fonseca descreve — uma máquina que, ao impor antecipação e previsibilidade como dogmas, não apenas ignora, mas ativamente suprime o que constitui o cerne do fazer etnográfico. Sua capacidade de se deixar afetar pelo inesperado.

A etnografia, assim, não ocorre apesar dos não-lugares; ela os denuncia ao revelar que são produzidos pelas condições abstratas de uma pesquisa institucionalizada que, como aponta Fonseca, confunde ética com preenchimento de formulários.

Santa Cruz do Sul, nesse caso, não é um não-lugar, mas um espaço de fricção, de promessa relacional, onde o campo se faz mesmo quando não se consolida nos moldes regulatórios. A recusa em nome da ética, longe de ser ausência de campo, é produção de outro tipo de relação — uma que se opõe à ideia de que o campo é apenas o que se pode nomear, formalizar e contar.

A etnografia, nesse sentido, não visa abarcar o todo nem eliminar os silêncios. Ela se faz na implicação parcial, nas zonas de hesitação e suspensão, onde o pesquisador não apenas observa, mas é também transformado pelas relações que atravessa.

Descolonizar a relação

Apreendi a etnografar sob a influência de uma tradição interpretativista. No início da caminhada, essa lente ofereceu sustentação. Através dela, cresci como pesquisador, encontrei linguagem, ganhei firmeza. Geertz, Elias e Bourdieu acompanharam esse percurso como presenças constantes — autores que, além de iluminar aspectos do mundo, me ajudavam a nomeá-lo. Com o tempo, porém, certos ruídos começaram a se instalar. À medida que o repertório conceitual se adensava, a relação com o campo se tornava mais tensa. A sensação de que os sentidos estavam ali, prontos para serem

decifrados, já não encontrava tanta aderência na experiência. A operação de interpretar parecia centrada demais em mim — como se a realidade dependesse exclusivamente da minha leitura para adquirir inteligibilidade.

O desconforto cresceu devagar, quase imperceptível. Aquilo que antes oferecia estabilidade passou a revelar seus limites. A confiança ancorada no acúmulo teórico e na validação institucional vinha carregada de um gesto silencioso de autoridade. A vontade de compreender atravessava o desejo de controlar, ainda que disfarçado de escuta. Aos poucos, as mesmas leituras que haviam sustentado minha formação começaram a se mover. Permaneceram, mas deixaram de operar como molduras fixas. Geertz, Elias, Bourdieu continuaram a acompanhar o processo, agora em fricção com o vivido — não como explicação, mas como presença que reverbera. A aprendizagem se dava no atrito: nas hesitações, nos desvios, nas dúvidas que insistiam mesmo diante do domínio conceitual.

Estar com o campo exigiu um outro tipo de presença. Chegar sem a armadura dos conceitos prontos, com disposição para ser afetado, implicou abrir espaço para modos de relação que não cabem nos moldes antecipados. Não encontrei um território a ser mapeado, mas um emaranhado de gestos, silêncios, desvios e aproximações provisórias. O campo se fazia nas bordas, nas pausas, nos gestos laterais que atravessavam os encontros. Aquilo que se apresentava como instável não era um problema a resolver, mas parte do próprio processo de escuta e convivência — uma malha que se desdobrava à medida que eu caminhava junto, sem garantias de compreensão plena, sem a expectativa de retorno.

O movimento de deslocamento não se limitou às situações vividas com os clubes. Ele também atravessou minhas leituras, minhas ferramentas conceituais, minhas referências. A aproximação com autoras e autores como Strathern, Viveiros de Castro, Ingold, Wagner, Haraway, Krenak e Kopenawa não se deu por substituição de uma teoria por outra, mas como um deslizamento — uma afinação com perspectivas que valorizam o entre, a co-presença, os modos parciais de saber. Nessas vozes encontrei ecos para aquilo que o campo já vinha me ensinando: que etnografar envolve não apenas observar, mas aprender a sustentar a dúvida, a hesitação, e a partilha de mundos que não se deixam fechar.

Assim, fui aprendendo a buscar certa simetria — ou talvez melhor dizendo, um equilíbrio epistemológico — no contato com os nativos. Esse movimento não veio

pronto; ele se formou lentamente, à medida que eu percebia o risco constante de impor aquilo que eu pensava, de projetar sobre os outros o peso do conhecimento canônico acadêmico. Passei a entender que minha tarefa não era simplesmente usar o saber popular, o saber dos interlocutores, como uma matéria-prima para fazer valer, tensionar ou validar teorias que eu desejava apresentar aos meus pares acadêmicos. Esse era um risco real. Instrumentalizar os sujeitos do campo como suportes empíricos para um jogo teórico previamente estabelecido.

O que se desenhou, então, foi uma tentativa honesta de evitar essa sobreposição. Comecei a reconhecer que aqueles que me deram (ou não) a oportunidade de estar com eles não estavam apenas me oferecendo acesso; estavam também me inserindo nos seus fluxos, nas suas dinâmicas, nos seus próprios regimes de tempo e relação. Estar com eles, mesmo quando os encontros não se concretizavam, exigia de mim não uma coleta eficiente de dados, mas um tipo de disposição que fosse menos colonizadora, menos voltada a extrair algo para depois reverter em capital acadêmico. Esse foi, talvez, um dos aprendizados mais importantes da travessia. Perceber que a empiria não está a serviço da teoria, mas que teoria e empiria se co-constroem, em tensão, em hesitação, em incompletude.

Com o tempo, percebi que minha formação acadêmica, ainda que me proporcionasse vasto repertório e ferramentas analíticas robustas, também carregava consigo um risco constante. Reforçava uma lógica de colonialidade do saber (Quijano, 2000), na qual o conhecimento ocidental e universitário se posiciona como filtro privilegiado de inteligibilidade das outras formas de vida. A confiança inicial que me dava fôlego e orientação acabou também operando, por vezes de forma invisível, como uma espécie de violência epistêmica suave — uma capacidade de enquadrar o outro em categorias que me eram familiares e validadas institucionalmente.

Como aponta Boaventura de Sousa Santos (2007), a ciência moderna ocidental frequentemente se constrói sobre um duplo gesto. No sentido da ignorância ativa em relação a outros saberes e o da apropriação seletiva de fragmentos desses saberes quando podem ser traduzidos nos seus próprios termos. Essa operação contribui para o que o autor denomina de epistemicídio, ou seja, a morte simbólica e institucionalizada de formas alternativas de produzir conhecimento. Quando percebi que havia momentos em que meus interlocutores de campo eram tratados mais como fontes empíricas a serem articuladas às teorias canônicas do que como co-autores ou produtores de sentido,

comecei a compreender como essa lógica pode se reproduzir sutilmente mesmo entre pesquisadores bem-intencionados.

Não se trata apenas de um problema metodológico ou ético individual, mas de um sistema mais amplo de validação do saber que tem raízes coloniais profundas. Como argumenta Smith (1999), a pesquisa ocidental, especialmente nas ciências humanas, tem um histórico de extrair, classificar e apropriar-se dos saberes de povos indígenas e comunidades marginalizadas, muitas vezes sem qualquer retorno, reconhecimento ou participação dessas populações nos processos de construção e circulação do conhecimento. A crítica reverbera no modo como as universidades — inclusive aquelas que defendem a ciência crítica — continuam operando com currículos centrados em autores europeus e norte-americanos, enquanto os saberes locais, indígenas e afro-brasileiros seguem, na melhor das hipóteses, sendo tratados como objetos de estudo.

A constatação me levou a uma inflexão importante. Minha tarefa não poderia ser mais a de aplicar teorias previamente estabelecidas a realidades que eu desejava compreender, mas sim de entrar em uma escuta radical, como propõe Haraway (2016), em que a coabitação e o entrelaçamento substituem a pretensão de decifração. O desafio passou a ser cultivar um etnografar menos colonizador, mais implicado e recíproco — no qual teoria e empiria se entrelaçam em uma malha de hesitação, alteridade e aprendizado compartilhado e não se sobrepõem.

Considerações Finais

As trajetórias apresentadas ao longo deste texto apontam para uma etnografia implicada com os mundos que percorre. Mais do que objeto de observação, os contextos moventes aqui abordados tornam-se coautores da pesquisa, atravessando e transformando tanto a escuta quanto a escrita. Ao reconhecer a indissociabilidade entre forma e conteúdo, entre método e ética, a proposta é pensar a etnografia como gesto político e relacional.

A perspectiva, desse modo, nos convoca a expandir as fronteiras da produção de conhecimento, recusando a dicotomia entre dentro e fora da universidade. As práticas aqui compartilhadas emergem de interseções entre espaços acadêmicos e coletivos autogestionados, apontando para a possibilidade de uma pesquisa que não se limita à

lógica institucional, mas se insere nos processos de luta e invenção cotidiana. Nesse sentido, esta etnografia se posiciona como prática de coabitação com os territórios em movimento, tensionando as formas canônicas de produção acadêmica e reivindicando a potência de uma escrita que se faz com, e não apenas sobre, os mundos que habita.

Ao longo deste artigo, problematizamos a noção de acesso ao campo como um pressuposto epistemológico que organiza práticas, expectativas e políticas de pesquisa. Em vez de um território estável a ser decifrado, o campo foi aqui compreendido como um processo relacional, um acontecimento em devir, marcado por hesitações, recuos, silêncios e recusas — elementos que não são falhas, mas constituintes etnográficos legítimos. Inspirado por Ingold, Haraway e Viveiros de Castro, defendemos uma etnografia que se faz com o mundo, não sobre ele, na qual o conhecimento emerge do entrelaçamento de afetos, presenças e frustrações.

A recusa, neste contexto, deixa de ser um obstáculo e torna-se dado, gesto e linguagem. Ela convoca o pesquisador a suspender sua lógica produtivista e a escutar o que resiste à captura. Ao assumir a recusa como parte da própria estrutura do campo, o trabalho de campo passa a operar como experiência de transformação — não apenas do objeto de estudo, mas do próprio pesquisador, de seus modos de escuta, de sua ética e de sua escrita.

Este artigo é, portanto, menos um relato de pesquisa e mais uma proposta metodológica de etnografar com hesitação, com abertura, com atenção às zonas de opacidade que a pesquisa convencional tende a apagar. Como compreende Strathern (1992), o antropólogo nunca acessa o todo — apenas se deixa afetar por fragmentos que se iluminam na relação.

Foi nesse espírito que nos aproximamos do futebol. Não como objeto empírico definido, mas como campo de forças, exclusões e interdições que moldam, modulam e desafiam a própria possibilidade de conhecer.

Referências

AUGÉ, Marc. Não-Lugares – introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Lisboa: Editora 90°, 2006

BIEHL, João and Ramah MCKAY. Ethnography as Political Critique. *Anthropological Quarterly*, vol. 85 no. 4, 2012, p. 1209-1227. *Project MUSE*. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1353/anq.2012.0057>. Acesso em: 12 ago 2024

BOEHL, Walter Reyes. *Empresários de futebol em ação: etnografias multissituacionais*. 2021. 257 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/230369>. Acesso em: 12 ago. 2024

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso. *Revista Brasileira de Educação*, v. 10, n. 1, p. 58-78, 1999. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-2/Educacao-MII/4SF/Miriam/RB_DE10_06_CLAUDIA_FONSECA.pdf Acesso em: 21 nov. 2024

FONSECA, Claudia. Situando os comitês de ética em pesquisa: o sistema CEP (Brasil) em perspectiva. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 333-369, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832015000200014> Acesso em: 21 nov. 2024

HARAWAY, Donna. *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Duke UP, 2016.

INGOLD, Tim. *Evolution and Social Life*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986 apud INGOLD, Tim; HALLAM, Elizabeth. (Eds). *Creativity and Cultural Improvisation*, Oxford/New York: Berg, pp.1-24, 2007.

INGOLD, Tim. *Making: anthropology, archaeology, art and architecture*. London: Routledge, 2013.

INGOLD, Tim. *Being alive: Essays on movement, knowledge and description*. London: Routledge, 2011

KRENAK, Ailton. 2019. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). *Cadernos de Campo (São Paulo-1991)*, v. 15, n. 14-15, p. 339-352, 2006.

LATOUR, Bruno. *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers through Society*. Cambridge: Harvard University Press. 1987

NADER, Laura. Up the Anthropologist: Perspectives Gained from Studying Up. In: Hymes, Dell (org.). *Reinventing Anthropology*. New York: Pantheon Books, 1972. p. 284–311.

QUIJANO, Anibal. *Coloniality of power and Eurocentrism in Latin America*. *International sociology*, v. 15, n. 2, p. 215-232, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0268580900015002005> Acesso em: 12 dez. 2024

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 78, p. 3-46, out. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004> Acesso em: 12 dez. 2024

SCHUCH, Patrice. *Práticas de Justiça: Uma etnografia do Campo de Atenção ao Adolescente Infrator no Rio Grande do Sul depois do Estatuto da Criança e do Adolescente*. 2005. 345 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/5386> Acesso em: 6 set. 2023.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. London: Zed Books, 1999.

STRATHERN, Marilyn. Parts and wholes: refiguring relationships in a post-plural world. In: KUPER, Adam (ed.). *Conceptualizing society*. London: Routledge, 1992. p. 75-104.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

WAGNER, Roy. *A Invenção da Cultura*. (Trad) Marcela Coelho de Souza & Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2012.